

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS

*Karina Courel MAURÍCIO¹
Gabriely Cabestré AMORIM²*

Resumo: A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas regulares, agregam os sujeitos respeitando suas diferenças, culturas e historicidade, sendo uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas, também está presente na Educação Infantil, que atende a Primeira Infância. Este estudo teve como objetivo investigar a perspectiva de professores quanto ao atendimento oferecido aos bebês e crianças Surdas nos Centros de Educação Infantil - CEIs. Para isto foi elaborado e aplicado um questionário sobre a temática a 30 professores, funcionários de CEIs da rede Municipal da Prefeitura de São Paulo, sendo as 30, mulheres, com idades entre 21 e 50 anos, da região do Butantã. Os resultados desta pesquisa mostraram a opinião e a preocupação desses professores em relação à inclusão, a importância de sua participação na construção de uma educação de qualidade, e sua insegurança quanto a sua formação para uma atuação que aperfeiçoe as potencialidades de todos os sujeitos.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Infância. Surdez. Formação de professores.

SPECIAL EDUCATION IN FIRST CHILDHOOD: A TEACHER'S PERSPECTIVE ON THE INCLUSION OF DEAF CHILDREN

Abstract: The National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education aims to access, participation and learning of students with disabilities in regular schools, aggregate subjects respecting their differences, cultures and historicity, being a modality that permeates all levels and stages, is also present in Early Childhood Education. The purpose of this study was to investigate the perspective of teachers regarding the care offered to infants and children deaf in the Early Childhood Education Centers (CEIs). For this purpose, a questionnaire on the subject was developed for 30

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Campos Salles, especialização em Educação Especial pela Faculdade Campos Elíseos, especialização em Educação Especial ênfase em Deficiência Auditiva pela UNESP. Atualmente atua no CEFAl - Centro de formação e acompanhamento a Inclusão-SP. *E-mail:* kacourel@hotmail.com

² Doutoranda em Educação na área de Educação Especial (UNESP - Marília). Mestre em Educação na área de Educação Especial - UNESP - Campus de Marília. Possui graduação em Pedagogia pela UNESP - Campus de Bauru. *E-mail:* gcabestre@gmail.com

teachers, CEI employees of the municipal network of the Municipality of São Paulo, 30 women, aged between 21 and 50 years, from the Butantã region. The results of this research showed the opinion and concern of these teachers in relation to inclusion, the importance of their participation in the construction of a quality education, and their insecurity regarding their formation for an action that optimizes the potentialities of all subjects.

Keywords: Special Education. Inclusion. Childhood. Deafness. Teacher training.

1 Introdução

Todo ser humano é singular, e esta afirmação nos faz refletir sobre a importância de pensarmos e agirmos em prol de uma nova sociedade e uma nova escola, aberta, diversa e integral. Atualmente as escolas paulistanas revelam que estamos em pleno processo de construção de uma prática educativa, na perspectiva inclusiva, um verdadeiro marco histórico e uma conquista social.

Ainda há muito a trilhar para concretização de uma escola inclusiva e aberta a diversidade, entretanto a jornada foi iniciada, cabe a nós discutirmos estes novos paradigmas e práticas para efetivarmos a consolidação desta, e o início se faz na Educação Infantil.

Pesquisas na área de Educação Infantil ainda são escassas (MENDES, 2010; AMORIM, 2015), se comparadas às outras etapas da educação, isso ocorre devido ao fato da mesma só ser reconhecida como direito a partir de 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) - define o atendimento escolar a população infantil de zero a cinco e institui a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica - pesquisas que abordem a Educação Especial e Infantil são poucas ainda, e exatamente por isso, este terreno se torna tão fascinante para novos estudos.

Sendo a Educação Especial uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2000, p.1), desde a Educação Infantil ao ensino superior, vivenciamos o momento de colocarmos em prática ações com o objetivo de facilitar a inclusão.

Alguns autores (DE VITTA; EMMEL, 2004; BISCEGLI, 2007; BERSCH; MACHADO, 2007) afirmam a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança. Esta colocação também se faz válida para a criança com deficiência.

[...] a educação infantil, proposta nos espaços da creche e pré-escola, possibilitará que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, estórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita

experimental, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19).

Ao longo dos últimos anos, o desenvolvimento histórico e cultura da criança de a zero a três anos vêm sendo discutido por vários teóricos e pesquisadores, e a importância de oferecer condições de desenvolvimento a estes cidadãos. Baseando-se neste aspecto, temos a teoria de Vygotsky (2007), que considera o ser humano possuidor de história inserido em uma cultura determinada.

Na intenção de fundamentar a abordagem das ideias do autor, buscamos embasamento em obras como: "Psicologia Pedagógica" (2010) e "A função social da mente" (2007), em ambas as obras fica claro que a condição biológica é respeitada pelo autor, mas a relevância está na dimensão social, esta oferece os meios para o homem se relacionar com o mundo, bem como desenvolver as funções mentais superiores.

Neste processo de relação e interação é que a criança se apropria da cultura que está inserida e se torna membro desta, nesta relação com o outro e com o meio que o desenvolvimento acontece. Trazendo para a educação, os estudos mostram que a percepção do professor pode influenciar esta relação de troca com o meio, pois cabe a ele, mediar o aprendizado propiciando sempre situações que estimulem novas zonas de desenvolvimento proximal entre as crianças.

Para abordar a relação professor, bebês e crianças, buscamos apoio nos estudos de Martins (2012), a autora também defende as interações sociais como essenciais para o desenvolvimento humano. No início da vida, o bebê dispõe de grande aparato sensorial, destacando que estes são ótimos ouvintes, o como é importante dialogar com os pequenos nesta fase, para um desenvolvimento de suas máximas possibilidades. Diante deste aspecto, nos chama atenção relatar que, é muito importante o adulto estar atento a outras maneiras de interagir com o bebê Surdo, através de estímulos e comunicação não oralizada.

Relacionando ao meio social educativo e a Educação Especial na perspectiva inclusiva, podemos mais uma vez nos apoiar em Vygotsky (2010) que afirma que não devemos realçar a deficiência, como causa de invalidez social, faz-se necessários procedimentos educativos e práticas docentes que atendam as especificidades de cada sujeito. Para o autor o professor tem um grande papel social, ele é um "reeducador", aquele que deve conhecer a criança e oferecer outras oportunidades para chegar ao conhecimento e à aprendizagem.

Os autores apresentados vêm nos mostrar o papel do professor neste processo de ensino e aprendizado, desde a mais tenra infância e a importância desta interação social na construção dos conhecimentos.

Considerando a importância da faixa etária de zero a três anos no desenvolvimento das crianças, quanto menor forem à qualidade do atendimento

recebido nos Centros de Educação Infantil, maiores serão as dificuldades de um pleno desenvolvimento deste público. Com isso faz-se necessário que os professores tenham um olhar crítico e reflexivo quanto a suas práticas e as necessidades específicas de cada educando.

Perante estes contextos da importância da implantação de propostas inclusivas na Educação Infantil, este trabalho visa aprofundar o conhecimento sobre a perspectiva dos professores quanto à inclusão de bebês e crianças Surdas³, para ampliação e sistematização dos profissionais que atuam na Educação Especial mediadores do processo ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa tem com objetivo investigar a perspectiva dos professores que trabalham em Centros de Educação Infantil, sobre os aspectos relativos ao seu trabalho em sala com bebês e crianças Surdas e a Educação Inclusiva.

2. Metodologia

2.1 Universo da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em seis Centros de Educação Infantil (CEI) da prefeitura de São Paulo, pertencentes à Diretoria Regional do Butantã, todos estes fazem atendimento a crianças de zero a três anos, as unidades educacionais tem uma variedade de tempo de existência, sendo duas com mais de 30 anos de fundação, uma com menos de um ano e as outras três com média de fundação de cinco anos.

O atendimento de crianças com deficiência na atualidade, também apresenta grande variável, um destes CEI não atende nenhuma criança com deficiência este ano, outros quatro estão com média de dois alunos em cada unidade e apenas um tem um número superior a oito crianças.

Uma das especificidades deste território é não ter escolas bilíngues e/ou escolas Pólos para o atendimento aos estudantes Surdos, mas a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é respeitada, a região conta com uma professora de AEE, com proficiência em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)⁴ que atende as crianças das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs). O atendimento aos CEI acontece através da itinerância como rege a Norma Técnica nº 02/2015 (BRASIL, 2015).

³ Ser Surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta” (LANE, 2008, p. 284).

⁴ Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

É importante apontar que esta pesquisa está vinculada ao Projeto Integrado de Pesquisa “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: política educacional, ações escolares e formação docente”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), UNESP, campus de Marília e cadastrada na Plataforma Brasil sob o nº 64353216.6.0000.5406, cujo parecer é de nº 1.939.831, datado de 23 de fevereiro de 2017.

2.2 Participantes

A pesquisa foi realizada com 30 professores dos Centros de Educação Infantil, conveniados e diretos da rede municipal paulistana, os participantes trabalham com jornada completa, com idades entre 21 e 50 anos e nenhum dos participantes Surdo e/ou fluente em LIBRAS.

Para inclusão dos participantes na pesquisa os critérios usados foram:

1. Experiência a mais de três anos com Educação Infantil
2. Trabalhar em Centros de Educação Infantil
3. Atender a faixa etária de zero a três anos
4. Trabalhar na Prefeitura de São Paulo
5. Ter/Estar trabalhando em Unidade Educacional que atende/atendeu criança Surda
6. Ter/Estar trabalhando com bebês ou crianças com deficiência
7. Formação em nível superior
8. Disponibilidade para participar desta pesquisa

2.3 Instrumentos, coleta de dados e análise

A base desta pesquisa foi elaborada sobre um questionário, com referência em outros estudos da área (OMOTE, 2005; BALEOTTI, 2006). O instrumento passou inicialmente pela avaliação de dois juízes selecionados com base na disponibilidade e com formação em Educação Especial, os mesmos realizaram a leitura e análise do instrumento, sendo sugeridas pequenas alterações, com a finalidade de melhor compreensão e resposta dos participantes sobre a temática apresentada.

O questionário apresentou oito afirmações contendo quatro alternativas de resposta, sendo estas: concordo, concordo parcialmente, nem concordo/nem discordo e discordo. As perguntas abordaram: Educação Especial na perspectiva Inclusiva - na Educação Infantil; Conhecimentos prévios do professor sobre atendimento a bebês e crianças Surdas; e Importância do professor como mediador do processo ensino-aprendizagem.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a coleta realizada em fevereiro de 2017, durante o período de trabalho das professoras da Unidade Educacional. Contabilizaram-se as respostas sobre a perspectiva dos professores quanto à inclusão de bebês e crianças surdas e seus dados foram tabulados e analisados.

3. Resultados e Discussões

O perfil dos participantes, de acordo com a Tabela 1, a maioria tem até 25 anos e entre 36 a 40 anos.

Tabela 1 - Idade dos participantes do estudo

Idade (anos)	N	%
Até 25	9	30%
26-30	5	17%
31-35	5	17%
36-40	6	20%
41-45	3	10%
46-50	2	7%
Total	30	100%

Fonte: própria autora

O tempo de docência dos participantes deste estudo foi de 5 a 10 anos (53%), sendo que 17% possuem de 16 a 20 anos de atuação, 13% acima de 20 anos, 10% de 11 a 15 anos e 7% até três anos. Com relação ao tempo de atuação, pesquisas mostram que profissionais recém-ingressados na carreira, apresentam-se mais preparados para atenderem as exigências de uma educação inclusiva de qualidade. Pode-se inferir que apenas 7% dos participantes que têm até três anos de prática docente e parte do grupo com atuação de 10 a 15 anos tiveram a disciplina de LIBRAS na graduação, tendo em vista que se trata de uma disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura que formam professores e profissionais da educação para exercer o magistério, sendo optativa para os demais cursos de educação superior e profissional, conforme decreto n. 5.626 (BRASIL, 2005).

Segundo Blanco e Duk (1997), oferecer ensino de qualidade para estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais depende largamente da formação e do desenvolvimento profissional do professor. Os profissionais que estão em final de carreira, não se interessaram em mudar suas práticas docentes, como consequência não conseguem trabalhar com a diversidade, o que resulta em prejuízo para os alunos.

Neste estudo foi identificada a idade das crianças que esses profissionais trabalham (TABELA 2):

Tabela 2 - Idades das crianças atendidas pelos participantes

Idade das crianças que atende	N	%
0 a 11 meses	8	27%
1 a 1 e 11 meses	5	17%
2 a 2 e 11meses	12	40%
Acima de 3 anos	5	17%
Total	30	100%

Fonte: própria autora

Considerando as idades atendidas pelos participantes do estudo, refletimos o quão a Educação Infantil está ligada a estimulação precoce (AMORIM, 2015). “A estimulação precoce tem sido proposta quando há probabilidade de comprometimentos no desenvolvimento sensorial, motor, socioafetivo e cognitivo do bebê ou da criança pequena” (OLIVEIRA; PADILHA, 2013, p. 16).

[...] a estimulação precoce é uma intervenção nos quatro primeiros anos de vida, dirigida a favorecer o desenvolvimento [...] das capacidades físicas e mentais da criança. Consiste em oferecer os estímulos necessários, no momento exato em que quantidade adequada para facilitar o desenvolvimento da criança através do esquema de evolução considerada normal para ela (ALMEIDA, 2009, p. 42).

Os Saberes e Práticas da Inclusão da Educação Infantil (BRASIL, 2006) reforça a importância da estimulação precoce para desenvolvimento integral da criança de 0 a 3 anos nos aspectos físicos, cognitivos, culturais e sociais, além de promover o suporte à família objetivando a inclusão. Portanto, esta é uma etapa primordial para promoção do desenvolvimento da criança com deficiência.

Analisou as respostas referentes às afirmações (TABELA 3), dos participantes, considerando o número e percentual que representa as categorias (concordo; concordo plenamente; nem concordo/nem discordo; discordo):

Tabela 3 – Índices das respostas dos professores às afirmações relativas às suas perspectivas quanto à inclusão de bebês e crianças Surdas nos CEIs.

Afirmações	Concordo (n: %)	Concordo Plenamente (n: %)	Nem Concordo / Nem discordo (n: %)	Discordo (n: %)
1. A escola inclusiva está preparada para atender as necessidades de todos os bebês e crianças.	5 17%	3 10%	7 23%	15 50%
2. A formação continuada, jornadas pedagógicas, formações com equipe itinerante de Atendimento Educacional Especializado, são satisfatórios para garantir o atendimento de qualidade ao bebê e criança com deficiência	2 7%	8 27%	5 17%	15 50%
3. Em sala, as atividades diárias requerem adaptações, para a criança Surda, tais como, Plano Pedagógico Especializado, Adaptação Curricular e Tecnologia Assistiva.	16 53%	7 23%	5 17%	2 7%
4. Para garantia do sucesso de uma criança Surda, é necessário a atenção, apoio e acompanhamento individual do professor	6 20%	8 27%	8 27%	8 27%
5. A formação e competências técnicas do professor são os diferenciais no aprendizado da criança Surda	17 57%	5 17%	2 7%	6 20%
6. O Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional é de conhecimento de todos da equipe e contemplam as questões referentes ao atendimento de qualidade as crianças com deficiência	5 17%	7 23%	0 0%	18 60%
7. Bebês e crianças Surdas possuem diferenças significativas, que os impedem de aprender com as demais crianças sem deficiência	5 17%	9 30%	9 30%	7 23%
8. Sem o uso de LIBRAS, o bebê e/ou criança Surda não participa integralmente das atividades realizadas no Centro de Educação Infantil (CEI)	18 60%	8 27%	1 3%	3 10%

Fonte: própria autora

Conforme a Tabela 3, as afirmações foram compiladas conforme o nível de concordância, discordância e neutralidade, sendo divididas em três grupos:

- Grupo A: composto por três afirmações, que são as de números 01, 02 e 06, mostrando um índice de *discordância igual ou acima de 50%*.

- Grupo B: composto de apenas três afirmações, que são as de números 03, 05 e 08, onde o índice de *concordância ultrapassou 50%*.

- Grupo C: composto de duas afirmações, que são as de números 04 e 07 e onde o resultado oscilou bastante entre concordo parcialmente, nem concordo nem discordo e discordo.

O primeiro grupo analisado foi o grupo A, onde a discordância apresentada estava acima de 50%, as questões elencadas nestas afirmativas, estão diretamente relacionadas com a Educação Especial na perspectiva Inclusiva - na Educação Infantil.

A partir desde conceitos, como é vista a inclusão pelos professores participantes da pesquisa? As respostas dadas nos mostram que na perspectiva dos professores dos Centros de Educação Infantil, a escola inclusiva ainda não está preparada para oferecer um atendimento de qualidade a este bebê e/ou criança, as formações continuadas, em jornadas pedagógicas, e formação com equipe itinerante de Atendimento Educacional Especializado, não são satisfatórias e que o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional ainda não atende aos quesitos necessários para ser democrático e inclusivo como deveria.

O conceito apresentado pelas professoras nos faz refletir sobre a visão destas profissionais a respeito da inclusão, incluir significa valorizar a diversidade, como elemento pertencente das relações entre os diferentes sujeitos e grupos que constituem toda Unidade Educacional, a valorização desta percepção é a primeira etapa para a realização da inclusão de forma real, e para a consolidação desta, passamos também pela formação docente, que instrumentalize o professor para uma atuação como mediador do conhecimento para com todos os bebês e crianças, formação pessoal que prepare para ouvir, acolher, aceitar e valorizar as diferenças. Faz-se necessária a construção de uma escola que promova políticas participativas e democráticas, onde todos os envolvidos apoiem e construam um projeto político pedagógico que promovam um ambiente inclusivo.

As colocações apontadas nos mostram que estes três eixos, essenciais para a uma atuação docente inclusiva, ainda necessitam ser mais aprofundados e discutidos pelos profissionais da educação inseridos neste processo. Como destaca Pietro (2006, p. 33) "embora nos planos éticos e políticos se reconheçam e se defendam a igualdade de direitos à educação, há discordâncias em relação às propostas e sua efetivação". A autora apresenta o desafio fundamental "[...] não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns" (PIETRO, 2006, p. 35-36).

O segundo grupo a ter as respostas analisadas foi o grupo B, onde o índice de concordância ultrapassou 50%, estas afirmativas estão relacionadas aos conhecimentos prévios dos professores em relação ao atendimento ao bebê e criança Surda. Os profissionais têm clareza da importância das adaptações e/ou adequações curriculares, de comunicação e interação, para promover o

pleno desenvolvimento do bebê e crianças Surdas nos Centros de Educação Infantil?

Os entrevistados mostraram ter relativa clareza com relação à importância de criar estratégias de comunicação, assim também como o uso de LIBRAS e adequações com o uso de Tecnologia Assistiva, no processo de cuidar e educar, promovendo a socialização e a interação entre os membros desta comunidade escolar e todas as crianças atendidas, porém esta não é suficiente para garantir os direitos de aprendizagem do bebê e/ou criança Surda.

A aquisição da linguagem para o Surdos é garantida através da LIBRAS, se a criança ingressa na Unidade Educacional sem aquisição desta, é fundamental que exista um trabalho que seja direcionado para garantir o aprendizado através da língua visual-espacial. O contato dos bebês Surdos, com pessoas que tenham domínio de LIBRAS, é muito importante, preferencialmente pessoas Surdas, esta não é uma realidade da região onde a pesquisa foi realizada, o processo educacional é prejudicado quando esta interação não ocorre de forma plena.

Podemos perceber que mesmo existindo um conhecimento prévio por parte dos professores com relação à necessidade do uso de LIBRAS para interação com este bebê e/ou crianças, as condições apresentadas não favorecem esta relação.

Estudos comprovam que as crianças que adquirem a LIBRAS na faixa etária de zero a três a anos, tem um bom desenvolvimento das funções mentais superiores, e além disto, conseguem se comunicar com total proficiência na vida adulta, e quão mais tardia esta aquisição mais deficitária é o desenvolvimento da linguagem (GÓES, 2002; NIENDICKER; ZYCH, 2008; SILVESTRE; LOURENÇO, 2013).

O terceiro grupo analisado foi o grupo C, o resultado oscilou bastante, que demonstra uma insegurança para afirmar sobre os fatores limitantes de aprendizado que envolve a criança surda, e a atuação do professor neste trabalho. Existem fatores limitantes a aprendizagem da criança Surda? O trabalho individual favorece mais seu aprendizado?

A concreta inclusão de educandos com deficiências das mais variadas não pode e nem deve ser pensada como a que se refere aos bebês e/ou crianças Surdas, afinal o Surdo não pode compartilhar de situações como a música tocando, a professora falando, os colegas interagindo, situações comuns no ambiente educacional.

Incluir surdos em salas de aulas regulares inviabiliza seu desejo de construir saberes, identidades e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial do país) e impossibilita sua consolidação linguística. Na formação para diversidade e, mais especificamente, para educação de Surdos, é necessário pensar um currículo que caminhe entre igualdades e diferenças (SANTOS *apud* SÁ, 2006, p. 87).

Oferecer momentos de real aprendizado faz toda diferença. “Se algumas crianças surdas têm resultados tão melhores do que outras [...] não deve ser a surdez em si que está causando problemas, e sim algumas das consequências da surdez – em especial as dificuldades ou distorções da vida comunicativa desde o princípio” (SACKS, 1998, p. 72).

Quanto ao que tange as atividades, elas podem ser individuais e coletivas desde que aja mediação para oferecer condições para o pleno desenvolvimento do bebê e/ou criança. As mediações são essenciais no aprendizado, porém é necessário que ocorra de forma plena fazendo com que a criança sintam-se integrada no grupo, sendo pertencente a ele. A questão é dar condições reais ao sujeito Surdo aprender e se desenvolver em toda sua potencialidade.

4 Considerações Finais

Esta pesquisa sob as Perspectivas dos Professores sobre a inclusão de crianças surdas na primeira infância trouxe as seguintes contribuições:

- Compreender este bebê e/ou criança como ser histórico, que apresenta necessidades e acima de tudo potencialidades. E necessitam a interação plena com o mundo que a rodeia para desenvolver.
- A importância do conhecimento teórico do professor quanto ao seu papel como mediador no processo ensino-aprendizagem de todas as crianças.
- Valorizar e incentivar a interação com o outro propiciando trocas entre os pares.
- Concepção de escola inclusiva – espaço de construção de cidadania e não só para o aluno Surdo, mas para todos.
- O professor, na perspectiva da educação inclusiva, é aquele que busca mediar o pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social dos bebês e/ou crianças, na medida em que pode lhe oferecer meios de interagir de forma plena com o mundo.
- A proficiência em LIBRAS é uma necessidade real e de suma importância para o trabalho do professor com o aluno Surdo.

Concluindo, através deste trabalho foi possível observar as perspectivas e conceito que os professores entrevistados têm a respeito da Inclusão, a criança Surda e a necessidade da LIBRAS para plena interação com o todo. Ainda há muito a se estudar sobre o assunto, e também a se investir em formação para os docentes; porém a jornada já iniciou, cabe a nós lutarmos pelas mudanças tão necessárias, para oferecer a este público a educação de qualidade, de que eles têm direito de usufruir.

Referências

- ALMEIDA, P.S. *Estimulação precoce na creche: efeitos sobre o desenvolvimento e comportamento da criança*. 2009. Tese (Doutorado em Neurologia). Programa de Pós-graduação em Neurologia, subárea de neurociências, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2009.
- AMORIM, G. C. *Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil: estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Marília, 2015.137 f.
- BALEOTTI, L. R. *Um estudo do ambiente educacional inclusivo: descrição das atitudes sociais em relação à inclusão e das relações interpessoais*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2006.
- BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. *Conhecendo o aluno com deficiência física*. In: SCHIRMER, Carolina et al. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência física*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- BISCEGLI, T. S. et al. *Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças frequentadoras de creche*. Rev Paul Pediatr, v.25, n.4, p.337-42, 2007.
- BLANCO, R; DUK, C. *La integración de los alumnos con necesidades especiales en América Latina y el Caribe: situación actual y perspectivas*. Perspectivas, Paris, Unesco, v.25, n.2, p.239- 249, 1995.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Imprensa Oficial do Estado, 1996. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 1v.: il.
- _____. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.câmara.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- _____. *Decreto n. 5.626/05*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 15 junho 2018.

_____. *Lei n. 10.436*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 15 junho 2018.

_____. *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução*. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 45 p. : il.

_____. *Nota técnica conjunta nº 2/2015*. Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Brasília: MEC/SECADI/DPEE. 2015.

DE VITTA, F. C. F.; EMMEL, M. L. G. *A dualidade cuidado x educação no cotidiano do berçário*. Paidéia, Ribeirão Preto, v.14, n.28, p.177-189, 2004.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e Educação*. Campinas: Autores Associados, 2002. 97 p.

LACERDA, Cristina Broglia; SANTOS, Lara Ferreira dos (orgs). *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LANE, H. (2008). Do deaf people have a disability? Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 277-292). Minneapolis: University of Minnesota.

OLIVEIRA, I.M; PADILHA, A.M.L. *Atendimento educacional especializado para crianças de zero a três anos*. In: JESUS, D.M; BAPTISTA, C.R; CAIADO, K.R.M. (Org). *Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado*. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.p.197-218.

OMOTE, S. et al. *Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão*. Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação, Ribeirão Preto, v.15, n.32, p.387-398, 2005.

MARTINS, L.M. *O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos*. In: Acer, A; MARTINS, L.M. *Ensinando os pequenos de zero a três anos*. 2ª ed., Campinas: Alínea, 2012, p. 93-121.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

NIENDICKER, C.; ZYCH, A. C. As interações do aluno surdo em sala de aula. *Revista Eletrônica Lato Sensu*. Paraná, Ano 3, n. 1, p. 1-11.

PRIETO, R. G. *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais. Especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil*. In: ARANTES, V. A. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVESTRE, C. O. J.; LOURENÇO, E. A. G. de. A interação entre crianças surdas no contexto de uma escola de Educação Infantil. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 45, p. 161-174, jan./abr. 2013.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 1998.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1999.

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia Pedagógica: tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra*. São Paulo: Martins Fontes, 3. ed., 2010.

Recebido em: 23 de agosto de 2017
Revisões requeridas em: 02 de junho de 2018
Aceito em: 25 de junho de 2018